

FioPrev
O SEU BENEFÍCIO MAIOR

Relatório Anual de Atividades

2017

MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

Apresentamos a você o Relatório Anual de Atividades do FioPrev de 2017, um ano marcado pela finalização do processo de retirada do patrocínio da Fiocruz do Plano BD-RJU.

Esse relatório contém informações detalhadas sobre a situação atuarial e financeira da entidade. Nas páginas a seguir estão discriminadas as receitas de contribuições, as despesas com pagamento de benefícios concedidos pelos Plano BD-FIOPREV, a política de investimentos adotada nas aplicações financeiras e as despesas decorrentes da administração da instituição.

Em 2017 o FioPrev deu andamento aos pagamentos pendentes das Reservas Matemáticas aos participantes e assistidos do Plano BD-RJU que não atenderam as condições normais determinadas pelo processo da retirada de patrocínio da Fiocruz.

No cenário econômico, o ano de 2017 foi marcado pelo fim da recessão que assolava o país desde o 2º semestre de 2014. Contudo, os efeitos da pior crise da história do Brasil ainda são sentidos por um desemprego em alta e crescimento muito baixo do PIB. O mercado financeiro nacional continuou sob muita volatilidade, desde a derrocada do caso Joesley Batista até a euforia do 2º semestre e as máximas atingidas pelo BOVESPA.

Para os investimentos do FioPrev, 2017 foi um ano muito bom. A rentabilidade da carteira de investimentos foi de 11,53%, resultado 4,87% acima da meta atuarial de 6,66%, que corresponde ao INPC acumulado mais 4,5% a.a. e 1,60% acima do CDI.

Com relação à gestão da entidade, as despesas administrativas totalizaram R\$ 3,2 milhões, resultado superior ao orçamento previsto para o ano. Esse resultado é decorrente, principalmente, de previsões de queda nas despesas, baseadas no encerramento das operações do Plano BD-RJU, que não se concretizaram.

Em 2017 foram iniciadas as medidas necessárias à formalização do processo de retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-FIOPREV (CLT). A previsão é que este processo seja autorizado pela PREVIC até o final de 2018. Terminado esse processo e após a conclusão da ação civil pública, que discute a destinação dos recursos do Fundo Previdencial do Plano BD-RJU, serão providenciadas as baixas dos planos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB e o encerramento das operações da entidade.

Carlos Magno Ramos
Diretor Superintendente do FioPrev

EXPEDIENTE

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2017 Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev

Patrocinadoras

Fundação Oswaldo Cruz e FioPrev

Conselho Deliberativo

Maria Amália do Nascimento Monteiro (Presidente)
| Celso Cravo | Jorge Tadeu Arruda | Lucia Helena
da Silva | Luiz Alberto Pereira | Pedro Ribeiro
Barbosa | Roberto Pierre Chagnon | Sônia
Aparecida Freitas de Pinho | Vanessa Costa e Silva |
Vânia Dornellas Buchmuller | Valéria Alencar Simões

Conselho Fiscal

Alcimar Pereira Batista (Presidente) | Cláudio
Damasceno Raposo | Jorge Santos da Hora
| Sueli Maria Motta Cardoso

Coordenação editorial e gráfica

Ana Costa - Celleria Comunicações
cellera@cellera.com.br

Diagramação

FernandaPreciosoDesign
fernanda.precioso@gmail.com

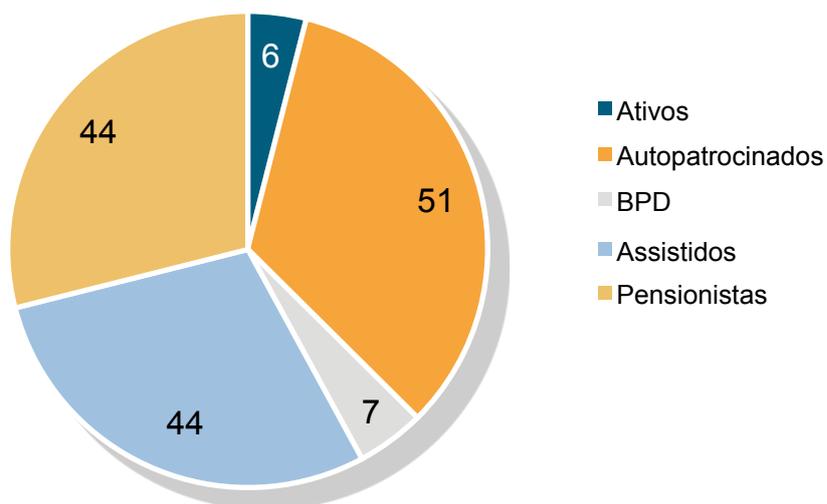
SUMÁRIO

Participantes e benefícios concedidos	5
Quadro de benefícios	6
Demonstrativo de Investimento	7
Controle contábil	7
Controle de riscos	8
Custos da gestão de investimentos – FioPrev	9
Relatório consolidado de performance	10
Rentabilidade líquida e bruta	10
Relatório gerencial de investimento	11
Demonstrações contábeis	11
Balanço patrimonial consolidado	11
Demonstração da mutação do patrimônio social – consolidada	12
Demonstração do plano de gestão administrativa – consolidada	13
Demonstração do ativo líquido	14
Demonstração da mutação do ativo líquido	16
Demonstração das provisões técnicas	18
Notas explicativas às demonstrações contábeis	20
Parecer atuarial	38
Parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	43
Parecer do conselho fiscal	47
Relatório sobre o estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos	48
Manifestação do conselho deliberativo	49

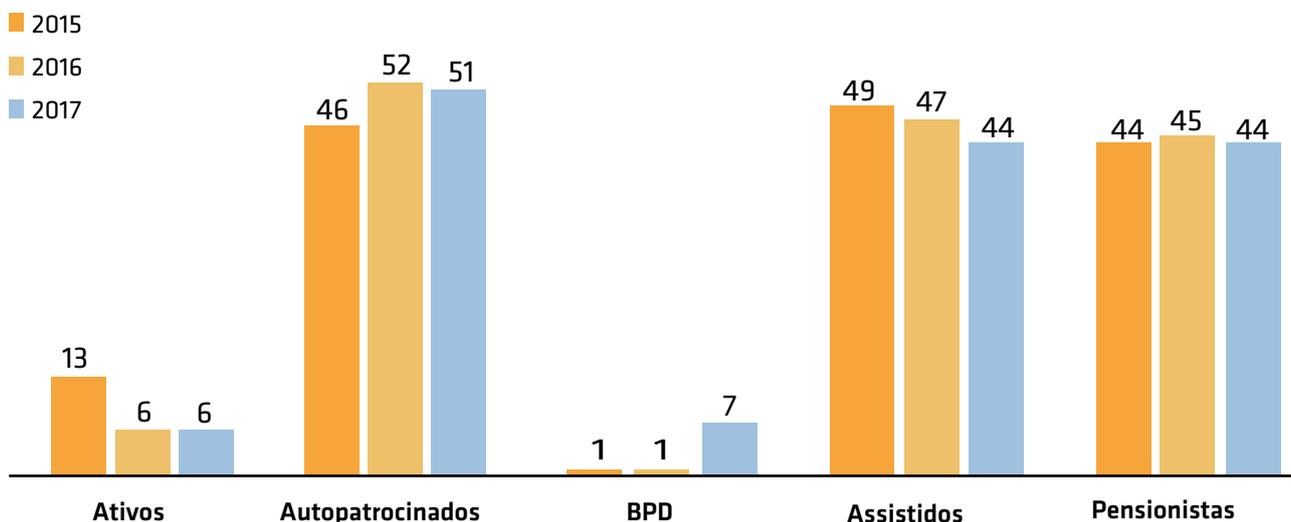
PARTICIPANTES E BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

	2015	2016	2017
	BD-FIOPREV	BD-FIOPREV	BD-FIOPREV
Ativos	13	6	6
Autopatrocinados	46	52	51
BPD	1	1	7
Assistidos	49	47	44
Pensionistas	44	45	44
TOTAL	153	151	152

Participantes BD-FioPrev 2017



Participantes 2015, 2016 e 2017



QUADRO DE BENEFÍCIOS - 2017

PLANO BD-FIOPREV

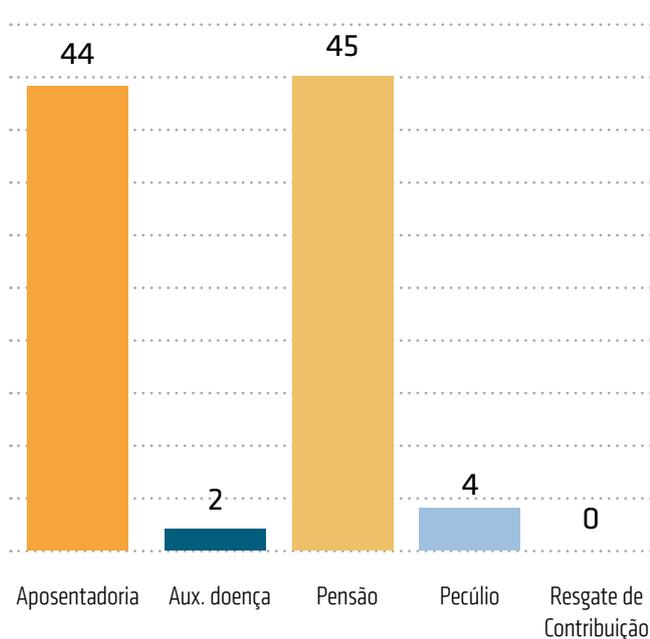
Benefício de Prestação Continuada (Dez/17)

	CLT	
	QTD	VALOR
APOSENTADORIA	44	98.348,22
Tempo de Serviço	36	64.237,48
Idade	2	18.469,54
Compulsória	2	1.944,52
Especial	-	-
Invalidez	4	13.696,68
AUXÍLIO DOENÇA	2	1.197,74
PENSÃO	45	40.628,43

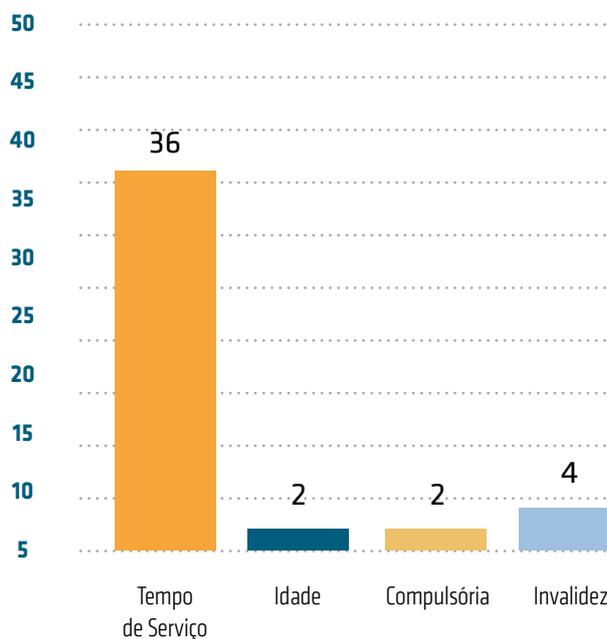
Benefício de Pagamento Único - Acumulado (Dez/17)

	CLT	
	QTD	VALOR
PECÚLIO	4	23.909,02
Ativos	-	-
Participantes Pecúlio	-	-
Assistidos	4	23.909,02
TOTAL	95	164.083,41
RESGATE DE CONTRIBUIÇÃO	-	-

Benefícios Concedidos



Complementação de Aposentadoria



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

Mês Referência: Dezembro/2017

Valores em R\$

Consolidação Contábil	BD-RJU	BD-FIOPREV	PGA	Consolidado
Participação na Carteira de Investimentos	59,60%	38,51%	1,89%	100%
TOTAL DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	127.485.638,22	82.377.397,08	4.051.396,40	213.914.431,70
TOTAL RECURSOS DO PLANO (FONTE BALANCETE)	127.485.638,24	82.377.397,05	4.051.396,41	213.914.431,70
DIFERENÇA	0,02	-0,03	0,01	0,00
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CARTEIRA PRÓPRIA - TOTAL	49.217.080,92	28.626.951,81	1.594.634,34	79.438.667,07
Depósitos	150.830,24	117.074,26	0,00	267.904,50
Títulos Públicos	19.332.784,96	13.276.669,91	606.834,39	33.216.289,27
Títulos Privados	12.972.663,44	8.908.895,99	407.197,33	22.288.756,76
Ações	3.450.797,53	1.710.159,64	119.394,64	5.280.351,81
Operações Compromissadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Termos	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Swaps	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos/Financiamentos	862.299,43	148.357,46	0,00	1.010.656,89
Carteira Imobiliária	3.998.426,89	1.435.954,10	148.345,19	5.582.726,19
Valores a Pagar/Receber	8.449.278,42	3.029.840,44	312.862,79	11.791.981,65
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL	78.268.557,30	53.750.445,27	2.456.762,06	134.475.764,63
Fundo de Investimentos	45.565.311,66	31.291.694,59	1.430.243,93	78.287.250,18
Fundos de Investimentos em Cotas	10.447.806,57	7.174.966,23	327.944,91	17.950.717,71
Fundo de Direito Creditório	485.604,88	333.486,14	15.242,59	834.333,61
Fundo Imobiliário	2.550.244,34	1.751.364,45	80.049,30	4.381.658,10
Fundo de Ações	19.219.589,84	13.198.933,87	603.281,33	33.021.805,03

Observações

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

VaR - Value at Risk
Limite PI - Limite estabelecido na
 Política de Investimentos dos Planos

Controle de Riscos

RISCO DE MERCADO

	VAR	LIMITE PI	STATUS
CONSOLIDADO (1)	1,35%	6,87%	Ok
RENDA FIXA (2)	0,49%	2,75%	Ok
RENDA VARIÁVEL (2)	5,34%	18,33%	Ok
FUNDO DE AÇÕES	19.219.589,84	13.198.933,87	603.281,33

(1) Sem imóveis e operações com participantes.

(2) Considera apenas a gestão terceirizada.

RISCO DE LIQUIDEZ

LIQUIDEZ (DIA ÚTIL)	% DA CARTEIRA ACUMULADO
até 1 d.u.	69,37%
até 7 d.u.	85,50%
até 21 d.u.	87,13%
até 252 d.u.	90,40%
até 1260 d.u.	94,26%
acima de 1260 d.u.	100,00%

A análise de risco de liquidez demonstra o percentual da carteira que pode ser negociado em determinado período de tempo.

RISCO DE CRÉDITO PRIVADO

	% DA CARTEIRA	LIMITE PI	STATUS
Grau de Investimento + Grau Especulativo	12,11%	50,00%	Ok
Grau Especulativo	3,94%	5%	Ok

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

	% DA CARTEIRA	LIMITE LEGAL	STATUS
POR EMISSOR			
Instituição Financeira autorizada pelo BACEN	1,72%*	20,00%	Ok
Cias Abertas e Securitizadoras	5,73%*	10,00%	Ok
POR VEÍCULOS			
Fundo Imobiliário	2,17%	10,00%	Ok
FIDCs	0,22%	10,00%	Ok

* Maior valor observado entre os emissores de mesma categoria existentes na carteira.

ALOCÇÃO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS

	% DA CARTEIRA	LIMITE PI MÍN	LIMITE PI MÁX	STATUS
RENDA FIXA	78,58%	60%	100%	Ok
RENDA VARIÁVEL	15,97%	0%	20%	Ok
ESTRUTURADOS	2,17%	0%	20%	Ok
IMÓVEIS	2,77%	0%	5%	Ok
EMPRÉSTIMOS	0,51%	0%	5%	Ok

Custos da Gestão de Investimentos - FIOPREV

	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	2017
CUSTOS TOTAIS DA GESTÃO	556.494,58	634.099,88	665.381,37	863.273,53	2.719.249,36
GESTÃO INTERNA	320.776,07	388.275,14	393.999,53	396.743,83	1.499.794,57
Pessoal/Encargos	143.237,76	182.229,34	193.665,34	195.822,66	714.955,10
Serviço de Terceiros	131.213,88	155.201,48	149.259,13	149.777,63	585.452,12
Consultoria	115.912,30	139.804,84	134.018,51	134.525,41	524.261,06
Jurídica	56.043,77	73.517,00	55.766,69	50.662,86	235.990,32
Contábil	16.556,40	16.862,99	17.115,38	22.075,20	72.609,97
Auditoria	4.620,15	3.083,97	3.083,97	3.083,97	13.872,06
Gestão/Planejamento	10.762,08	12.996,50	13.742,34	13.742,34	51.243,26
Informática	23.175,20	28.449,11	35.122,78	37.616,08	124.363,17
RH	-	-	-	-	-
Outras	4.754,70	4.895,27	9.187,35	7.344,96	26.182,28
Custódia/Controladoria ⁽¹⁾	15.301,58	15.396,64	15.240,62	15.252,22	61.191,06
Despesas Gerais	44.598,72	49.167,29	49.540,29	49.569,13	192.875,43
Depreciação e Amortização	1.725,71	1.677,03	1.534,77	1.574,41	6.511,92
Corretagens	-	-	-	-	-
Taxa Oper. CBLC	-	-	-	-	-
Taxa Oper. Bovespa	-	-	-	-	-
GESTÃO EXTERNA	235.718,51	245.824,74	271.381,84	466.529,70	1.219.454,79
Taxa de administração	509,88	542,25	569,76	1.183,56	2.805,45
Taxa de Gestão	160.498,55	173.568,75	199.853,09	346.699,34	880.619,73
Taxa de Performance	3.522,36	-	-	-	3.522,36
Taxa de Corretagem	32.218,62	32.950,51	28.962,33	67.911,18	162.042,64
Taxa de Emolumentos	10.980,60	10.178,68	8.758,67	20.659,22	50.577,17
Taxa SELIC	587,43	561,01	619,02	203,82	1.971,28
Taxa CETIP	4.561,75	4.780,80	4.605,94	-	13.948,49
Taxa BOVESPA-CBLC	295,15	313,11	361,36	738,66	1.708,28
Taxa de Controladoria	5.019,25	5.437,25	6.315,80	10.759,24	27.531,54
Taxa CVM	6.468,48	6.468,48	5.034,24	5.034,24	23.005,44
Taxa de Custódia	6.687,10	6.687,10	10.300,74	11.954,80	35.629,74
Taxa ANBID	462,00	462,00	688,00	1.056,00	2.668,00
Despesas de Auditoria	3.747,37	3.747,37	5.110,05	-	12.604,79
Outras Despesas (2)	159,97	127,43	202,84	329,64	819,88

(1) Os valores referentes à custódia e controladoria estão contabilizados no grupo 5 do plano de contas consolidado. Contudo, por serem dotadas de natureza administrativa formam os custos com a gestão de investimentos.

(2) Cartório, Tarifa Liquidação Financeira, Book e Taxa Permanência

Relatório Consolidado de Performance

SEGMENTO		ALOCÇÃO	RENTABILIDADE DEZ/2017 (%)			
			NO MÊS	3 MESES	6 MESES	NO ANO
RENDA FIXA		152.577.347,53	0,82	1,52	5,52	11,63
GESTÃO PRÓPRIA	CARTEIRA PRÓPRIA	55.505.046,03	0,80	0,69	6,99	12,65
GESTÃO TERCEIRIZADA	BRADESCO FI MULT FIOPREV	51.156.188,23	0,54	1,68	4,04	10,32
	FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER SENIOR	315.745,19	53,98	62,19	1309,80	2878,67
	BB INSTITUCIONAL FEDERAL FIC FI RF LP	17.950.717,71	0,52	1,72	3,97	9,78
	BRADESCO FI REF DI FEDERAL EXTRA	27.131.061,95	0,53	1,74	4,01	9,90
	FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER II SENIOR	64.568,40	143,59	147,60	474,40	306,37
	FIDC ITALIA SEN	454.020,02	44,56	40,06	41,04	106,43
RENDA VARIÁVEL		38.302.156,84	4,66	0,95	13,66	13,68
GESTÃO PRÓPRIA	CARTEIRA PRÓPRIA	5.280.351,81	7,21	6,73	10,26	-17,92
GESTÃO TERCEIRIZADA	FIOPREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES	33.021.805,03	4,27	0,09	14,23	21,03
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		4.381.658,10	1,33	2,09	7,68	12,18
	VECTOR QUELUZ LAJES CORPORATIVAS FII	4.381.658,10	1,33	2,09	7,68	12,18
IMÓVEIS						
	MORUMBI SQUARE - SÃO PAULO	5.582.726,19	0,33	1,53	-8,53	-5,26
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		1.028.692,08	25,69	37,34	41,28	31,17
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES RJU	878.950,46	30,91	42,34	42,12	25,85
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES CLT	149.741,62	2,10	15,37	40,84	85,73
CONSOLIDADO		201.872.580,74	1,63	1,56	6,68	11,53
META ATUARIAL: INPC + 4,5aa			0,63	1,93	3,18	6,66
INPC			0,26	0,81	0,93	2,07
IPCA			0,44	1,14	1,74	3,12
IGP-M			0,89	1,62	1,46	-0,54
SELIC			0,54	1,76	4,06	9,87
CDI			0,54	1,76	4,06	9,93
IBOV FECHAMENTO			6,16	2,84	21,46	26,85
IBrX			6,35	2,62	20,99	27,54
IMA GERAL			0,88	1,02	5,87	12,81

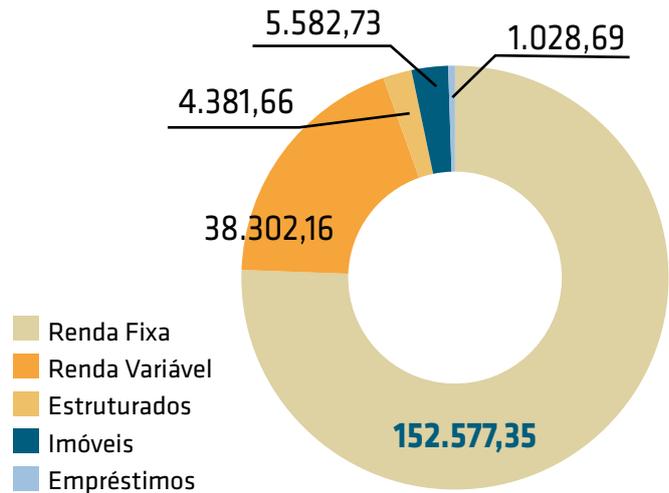
RENTABILIDADE POR SEGMENTO (%)

SEGMENTO		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
LÍQUIDA	Renda Fixa	1,36	1,87	1,07	0,46	0,29	0,61	1,85	1,15	0,89	0,44	0,25	0,82	11,63
	Renda Variável	5,22	2,83	-3,84	1,32	-4,59	-0,56	3,75	4,72	3,63	-0,52	-3,05	4,66	13,68
	Investimentos Estruturados	1,04	1,11	0,95	0,44	0,08	0,48	1,95	0,62	2,83	0,92	-0,17	1,33	12,18
	Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Imóveis	0,66	1,14	-0,04	0,59	0,59	0,59	-10,97	0,59	0,59	0,59	0,59	0,33	-5,26
	Operações c/ Participantes	4,97	-11,82	-1,16	5,68	-2,75	-1,25	6,38	-1,83	-1,49	0,12	9,15	25,69	31,17
CONSOLIDADO		2,04	1,94	0,10	0,65	-0,62	0,39	1,78	1,75	1,42	0,27	-0,33	1,63	11,53
BRUTA	Renda Fixa	1,38	1,89	1,08	0,48	0,32	0,64	1,89	1,19	0,93	0,48	0,29	0,88	12,06
	Renda Variável	5,37	2,98	-3,68	1,48	-4,44	-0,40	3,91	4,88	3,79	-0,36	-2,88	4,85	15,86
	Investimentos Estruturados	1,23	1,30	1,13	0,63	0,27	0,67	2,14	0,80	3,02	1,11	0,01	1,51	14,68
	Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Imóveis	0,66	1,14	-0,04	0,59	0,59	0,59	-10,97	0,59	0,59	0,59	0,59	0,33	-5,26
	Operações c/ Participantes	4,97	-11,82	-1,16	5,68	-2,75	-1,25	6,38	-1,83	-1,49	0,12	9,15	25,69	31,17
CONSOLIDADO		2,09	1,98	0,14	0,69	-0,56	0,44	1,84	1,81	1,48	0,34	-0,27	1,72	12,31

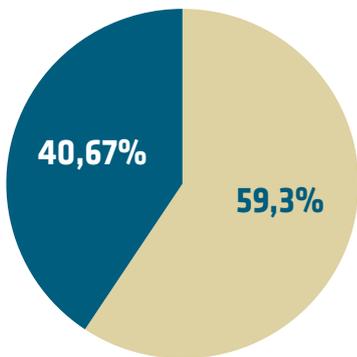
Relatório Gerencial de Investimento

RECURSOS DOS PLANOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO (R\$ MIL)

	PLANO BD-RJU	PLANO BD-FIOPREV	PLANO GESTÃO ADM.
Renda Fixa	83.687,10	66.463,69	2.426,56
Renda Variável	27.197,20	10.065,99	1.038,97
Estruturados	3.140,50	1.116,50	124,66
Imóveis	3.924,31	1.507,99	150,43
Empréstimos	878,95	149,74	0,00
TOTAL RECURSOS	118.828,07	79.303,90	3.740,61

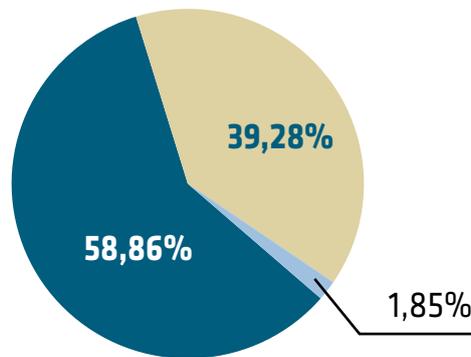


Gestão dos Investimentos



■ Própria ■ Terceirizada

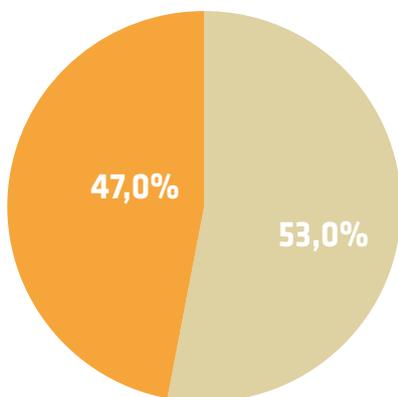
Rateio dos Investimentos por Plano



■ BD-RJU ■ BD-FIOPREV ■ Plano Gestão Adm

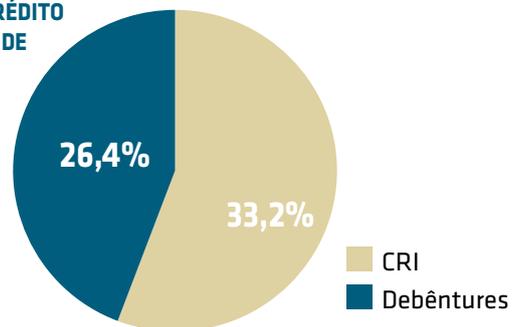
CARTEIRA PRÓPRIA

Crédito Público x Crédito Privado



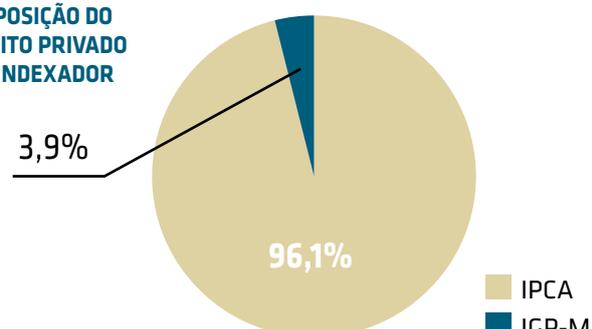
■ Crédito privado ■ NTN-B

COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO PRIVADO POR TIPO DE INVESTIMENTO



■ CRI ■ Debêntures

COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO PRIVADO POR INDEXADOR



■ IPCA ■ IGP-M

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Balanco Patrimonial Consolidado

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
DISPONÍVEL	268	116	EXIGÍVEL OPERACIONAL - NE 7	3.441	6.513
			Gestão Previdencial	3.218	6.246
REALIZÁVEL	220.400	194.707	Gestão Administrativa	218	235
Gestão Previdencial - NE 4.3	1.098	1.788	Investimentos	5	32
Gestão Administrativa	5.651	5.370			
Investimentos - NE 5.1	213.651	187.549	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - NE 8	8.369	7.673
Títulos Públicos	33.216	60.272	Gestão Previdencial	2.855	2.438
Créditos Privados e Depósitos	22.289	37.388	Gestão Administrativa	5.514	5.235
Ações	5.280	6.268			
Fundos de Investimentos	134.476	76.276	PATRIMÔNIO SOCIAL	208.924	180.703
Investimentos Imobiliários	5.583	6.377	Patrimônio de Cobertura do Plano	49.567	48.263
Empréstimos e Financiamentos	1.031	968	Provisões Matemáticas - NE 9	40.571	35.409
Outros Realizáveis	11.776	-	Benefícios Concedidos	19.199	17.536
			Benefícios a Conceder	21.372	17.873
PERMANENTE - NE 6	66	66	Equilíbrio Técnico - NE 10	8.996	12.854
Imobilizado	29	20	Resultados Realizados	8.996	12.854
Intangível	37	46	Superávit Técnico Acumulado	8.996	12.854
			Fundos	159.357	132.440
			Fundos Previdenciais - NE 11.1	153.029	126.612
			Fundos Administrativos - NE 11.2	4.036	3.782
			Fundos de Investimentos - NE 11.3	2.292	2.046
TOTAL DO ATIVO	220.734	194.889	TOTAL DO PASSIVO	220.734	194.889

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	180.703	266.416	-32,17
1. ADIÇÕES	37.804	49.963	(24,34)
(+) Contribuições Previdenciais	4.425	7.239	(38,87)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	29.702	39.398	(24,61)
(+) Receitas Administrativas	2.582	1.836	40,63
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	849	1.131	(24,93)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	212	(100,00)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	246	147	67,35
2. DESTINAÇÕES	(9.583)	(135.677)	(92,94)
(-) Benefícios	(5.989)	(131.164)	(95,43)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(417)	-	-
(-) Despesas Administrativas	(3.177)	(4.513)	(29,60)
3. ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	28.221	(85.713)	132,92
(+/-) Provisões Matemáticas	5.162	(167.776)	103,08
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.858)	66.545	(105,80)
(+/-) Fundos Previdenciais	26.417	16.916	56,17
(+/-) Fundos Administrativos	254	(1.546)	116,43
(+/-) Fundos dos Investimentos	246	148	66,22
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	208.924	180.703	15,62

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstra es contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.782	5.328	(29,02)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.431	2.966	15,68
1.1. RECEITAS	3.431	2.966	15,68
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.371	1.010	35,74
Custeio Administrativo dos Investimentos	728	821	(11,33)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	849	1.131	(24,93)
Outras Receitas	483	4	11975,00
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.177	4.513	(29,60)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	1.738	2.488	(30,14)
Pessoal e Encargos	895	1.541	(41,92)
Treinamentos/Congressos e Seminários	2	3	(33,33)
Viagens e Estadias	2	16	(87,50)
Serviços de Terceiros	535	499	7,21
Despesas Gerais	293	412	(28,88)
Depreciações e Amortizações	11	17	(35,29)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	1.439	2.022	(28,83)
Pessoal e Encargos	712	1.187	(40,02)
Treinamentos/Congressos e Seminários	2	2	0,00
Viagens e Estadias	1	2	(50,00)
Serviços de Terceiros	524	629	(16,69)
Despesas Gerais	193	193	0,00
Depreciações e Amortizações	7	9	(22,22)
2.3. OUTRAS DESPESAS	-	3	(100,00)
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-
4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)	254	(1.546)	116,43
5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (4)	254	(1.546)	116,43
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	4.036	3.782	6,72

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração do Ativo Líquido - Plano BD-RJU

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	131.908	114.336	15,37
DISPONÍVEL	151	83	81,93
RECEBÍVEL	4.418	4.872	(9,32)
INVESTIMENTO	127.339	109.381	16,42
Títulos Públicos	23.825	43.233	(44,89)
Créditos Privados e Depósitos	15.801	26.272	(39,86)
Ações	3.451	4.117	(16,18)
Fundos de Investimentos	70.948	30.415	133,27
Investimentos Imobiliários	3.924	4.480	(12,41)
Empréstimos e Financiamentos	881	864	1,97
Outos Realizáveis	8.509	-	0,00
2. OBRIGAÇÕES	6.046	8.662	(30,20)
OPERACIONAL	3.191	6.224	(48,73)
CONTINGENCIAL	2.855	2.438	17,10
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.915	4.568	7,60
Fundos Administrativos	3.324	3.142	5,79
Fundos dos Investimentos	1.591	1.426	11,57
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	120.947	101.106	19,62
Fundos Previdenciais	120.947	101.106	19,62

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração do Ativo Líquido - Plano BD-FIOPREV

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	131.908	114.336	15,37
DISPONÍVEL	117	30	290,00
RECEBÍVEL	715	698	2,44
INVESTIMENTO	82.261	74.353	10,64
Títulos Públicos	8.944	16.228	(44,89)
Créditos Privados e Depósitos	5.804	9.979	(41,84)
Ações	1.710	2.006	(14,76)
Fundos de Investimentos	61.188	44.313	38,08
Investimentos Imobiliários	1.508	1.724	(12,53)
Empréstimos e Financiamentos	150	103	45,63
Outos Realizáveis	2.957	-	0,00
2. OBRIGAÇÕES	32	52	(38,46)
OPERACIONAL	32	52	(38,46)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.413	1.260	12,14
Fundos Administrativos	712	640	11,25
Fundos dos Investimentos	701	620	13,06
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	81.648	73.769	10,68
Provisões Matemáticas	40.571	35.408	14,58
Superávit/Déficit Técnico	8.996	12.854	(30,01)
Fundos Previdenciais	32.081	25.506	25,78

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano BD-RJU

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	101.106	194.380	-47,99
1. ADIÇÕES	24.385	36.130	-32,51
(+) Contribuições	4.414	7.234	-38,98
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.971	28.684	(30,38)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	212	(100,00)
2. DESTINAÇÕES	(4.544)	(129.404)	-96,49
(-) Benefícios	(4.127)	(129.404)	-96,81
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(417)	-	-
3. ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	19.841	(93.274)	121,27
(+/-) Provisões Matemáticas	-	(171.570)	-100,00
(+/-) Fundos Previdenciais	19.841	13.281	49,39
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	65.015	-100,00
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	120.947	101.106	19,62
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.915	4.568	7,60
(+/-) Fundos Administrativos	3.324	3.142	5,79
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.591	1.426	11,57

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Plano BD-FIOPREV

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO			
1. ADIÇÕES	9.741	10.721	-9,14
(+) Contribuições	10	6	66,67
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.731	10.715	(9,18)
2. DESTINAÇÕES	(1.862)	(1.760)	5,80
(-) Benefícios	(1.862)	(1.760)	5,80
3. ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	7.879	8.961	-12,07
(+/-) Provisões Matemáticas	5.162	3.795	36,02
(+/-) Fundos Previdenciais	6.576	3.636	80,86
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.859)	1.530	-352,22
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	81.648	73.769	10,68
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS			
(+/-) Fundos Administrativos	712	640	11,25
(+/-) Fundos dos Investimentos	701	620	13,06

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstra es contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano BD-RJU

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	125.729	108.756	15,61
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	-	-	0,00
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	-	0,00
Benefício Definido	-	-	0,00
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	-	0,00
Benefício Definido	-	-	0,00
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	-	0,00
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	-	-	0,00
(-)Déficit Técnico Acumulado	-	-	0,00
3. FUNDOS	122.538	102.532	19,51
3.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS	120.947	101.106	19,62
3.2 FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	1.591	1.426	11,57
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.191	6.224	(48,73)
4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	3.187	6.208	(48,66)
4.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	4	16	(75,00)

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Demonstração das Provisões Técnicas - Plano BD-FIOPREV

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	82.381	74.442	10,66
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	40.571	35.409	14,58
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	19.199	17.536	9,48
Benefício Definido	19.199	17.536	9,48
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	21.372	17.873	19,58
Benefício Definido	21.372	17.873	19,58
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	8.995	12.854	(30,02)
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	8.995	12.854	(30,02)
Superávit Técnico Acumulado	8.995	12.854	(30,02)
Reserva de Contingência	8.995	8.416	6,88
Reserva Especial para Revisão de Plano	-	4.438	(100,00)
3. FUNDOS	32.783	26.127	25,48
3.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS	32.082	25.506	25,78
3.2 FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	701	621	12,88
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	32	52	(38,46)
4.1 GESTÃO PREVIDENCIAL	31	38	(18,42)
4.2 INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	1	14	(92,86)

As Notas Explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FioPrev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Fazenda – MF, através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e, das resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29.05.2001.

Constituído em 1984, como pessoa jurídica de direito privado e aprovado em 1985 pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social, está em funcionamento desde 1987. O FioPrev tem por objetivo complementar a aposentadoria dos funcionários de suas patrocinadoras, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e o próprio FioPrev, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários.

Os recursos de que a entidade dispõe para o cumprimento de seus objetivos foram constituídos por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições no mercado financeiro. Os investimentos desses recursos obedecem às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3792, de 24.09.2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de

setembro de 2009, e suas alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 3.846, de 25.03.2010, CMN nº 4.275, de 31.10.2013, e CMN nº 4.449, de 20.11.2015.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

A adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis nº 108 e nº 109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela PREVIC.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância à ITG 2001, aprovada pela Resolução CFC nº 1.272, de 22.01.2010, Resolução CNPC nº 8, de 31.10.2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19.08.2013 e Instrução SPC nº 34, de 24.09.2009, também alterada pelas Instruções PREVIC nº 21, de 23.03.2015, e nº 25, de 17.12.2015.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que o FioPrev opera. O FioPrev não possui ativos e passivos monetários denominados em

moeda estrangeira na data do fechamento das suas Demonstrações Contábeis.

Conforme determinado no artigo 2º da Instrução nº 25, de 17 de dezembro de 2015, os modelos das demonstrações contábeis, consolidadas e por planos a serem elaboradas pelas entidades fechadas de previdência complementar - EFPC e encaminhadas à PREVIC, são os seguintes, referentes ao exercício social:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano - DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela entidade estão em conformidade com o item II - Procedimentos Operacionais, do Anexo A - Normas Complementares, da Instru o Normativa MPAS/SPC n  34, e estão resumidas a seguir:

- a) As adic es, contribuic es previdenciárias e dedu es, pagamento de benefícios, as receitas e despesas do PGA, as rendas/varia es positivas e as dedu es/varia es negativas, da gestão de investimentos, são registrados segundo o princípio da competência.
- b) Em atendimento   Resolu o CGPC n  4, de 30.11.2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:
 - (a) Títulos para negocia o - títulos e va-

lores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisi o, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisi o, os quais a entidade possui interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de mercado, quando aplicável e seus efeitos reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

As aplica es em fundos estão demonstradas pelos valores das cotas informados pelos administradores na data-base das demonstra es contábeis. As aplica es em a es são contabilizadas pelo custo de aquisi o acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cota o de fechamento do mercado do último dia do mês em que a a o foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolu o CGPC n  25, de 30.06.2008. Em caso de não haver negocia o nos últimos seis meses, a avalia o   efetuada pelo valor patrimonial da a o, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Para a obten o dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

(1) Títulos públicos, com base nas taxas m dias divulgadas pela Andima;

(2) A es de companhias abertas, pela cota o de fechamento do mercado do último dia do mês em que a a o tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e

(3) Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), em atendimento à Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009, e suas alterações.

- c. Os investimentos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos técnicos de avaliação.

As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- d. Os empréstimos e financiamentos referem-se aos empréstimos simples concedidos a participantes, incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço.
- e. Os registros das despesas administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, por meio de sistema de alocações diretas, combinadas com rateios de despesas comuns à gestão previdencial, e de investimentos.

Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil.

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Intangível.

- f. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base no item II do ANEXO A da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34/2009, que determina a constituição de provisão escalonada equivalente a 25% para atrasos entre sessenta e um dias e cento e vinte dias, 50% para atrasos entre cento e vinte e um dias e duzentos e quarenta dias, 75% para atrasos entre duzentos e quarenta e um dias e trezentos e sessenta dias e 100% para atrasos superiores a trezentos e sessenta dias.

4. GESTÃO PREVIDENCIAL

4.1 PLANO BD-FIOPREV (CNPB Nº 1985.003-18)

Em 2012, a Reserva Especial para Revisão do Plano foi revertida para o Fundo Previdencial - Revisão de Plano, conforme previsto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008.

De acordo com o previsto no Art. 20 da Resolução CGPC nº 26/2008. O Conselho Deliberativo aprovou as seguintes medidas:

- Em 2011, redução parcial de contribuições.
- Em 2012, redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições.

Em 2013, o Conselho não deliberou sobre a melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores de forma parcelada aos participantes, aos assistidos e/ou aos patrocinadores, pois entendeu que deveria aguardar um posicionamento jurídico sobre os recursos da patrocinadora Fiocruz que permaneceram no Plano BD-FIOPREV após o RJU. Entretanto, com a retirada do patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU, essa questão ficará resolvida com a retirada do patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-FIOPREV, que ocorrerá após o processo de retirada de patrocínio do Plano BD-RJU.

	% AO ANO
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Computadores e Periféricos	20

Em 31.12.2017, o custeio do plano era o seguinte:

Participantes Ativos, Assistidos e Patrocinadores

0% sobre o salário de participação devido à aplicação, em 2012, da redução integral das contribuições.

4.2 PLANO BD-RJU (CNPB N° 1991.001-38)

Em março de 2015, a Fiocruz formalizou o pedido de retirada de patrocínio do Plano BD-RJU. Em outubro, após aprovação do Conselho Deliberativo, o termo de retirada foi protocolado na PREVIC. A data base do processo de retirada é 30.04.2015.

Em 31 de maio de 2016, conforme portaria PREVIC n° 238, de 31 de maio de 2016, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no processo PREVIC n° 44011.000490/2015-85, coman-

do n° 404899483 e juntada n° 417429570, autorizou a retirada de patrocínio da Fundação Oswaldo Cruz do Plano BD-RJU, CNPB n° 1991.0001-38, administrado pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev, e aprovou o “Termo de Retirada de Patrocínio” que entre si fizeram o Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar, e a Fundação Oswaldo Cruz, na qualidade de Patrocinadora.

Como o plano ainda tem pendências que precisam ser resolvidas, principalmente a questão referente à destinação dos recursos do Fundo Previdencial, que está condicionada à conclusão da Ação Civil Pública (vide item 9), a baixa do plano do Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB, ainda não pode ser efetivada.

4.3 No quadro abaixo está o registro do montante relativo aos valores, cuja quitação ocorrerá pela efetivação da retirada de patrocínio.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Recursos a receber	976	1.424
Contribuições do mês	-	-
Participantes	-	-
Autopatrocinados contribuições normais em atraso	4	9
Participantes Autopatrocinados	4	9
Outros recursos a receber Adiantamentos	972 19	1.415 21
Outros realizáveis	103	343
Total da gestão previdencial	1.098	1.788

4.3.1. Na rubrica Outros Recursos a Receber os valores apresentados são decorrentes de revisões nas aposentadorias, com efeito retroativo, que determinaram a devolução de complementações de aposentadoria pagas a maior.

Na rubrica Outros Realizáveis os valores

apresentados são decorrentes de valores a classificar, cuja quitação ocorrerá no exercício seguinte, pela identificação dos referidos valores, bem como da rubrica Antecipação-Retirada de Patrocínio do plano BD-RJU, cuja baixa ocorre pelo pagamento da retirada.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTO

5.1 REALIZÁVEL DA GESTÃO DE INVESTIMENTO

Em 31.12.2017, a posição da carteira de investimentos do FioPrev estava em consonância com a Resolução CMN nº 3.792 e alterações, conforme registrado no quadro demonstrativo abaixo.

Descrição	Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos	
	31.12.17	31.12.16
Títulos Públicos	33.216	60.272
Títulos públicos Federais	33.216	60.272
Créditos Privados e Depósitos	22.289	37.388
Instituições Financeiras	-	3.091
Companhias Abertas	22.289	34.297
Ações	5.280	6.268
Companhias Abertas	5.280	6.268
Fundos de Investimento	134.476	76.276
Ações	33.022	27.283
Multimercado	96.238	43.797
Direitos Creditórios	834	1.125
Imobiliário	4.382	4.071
Investimentos Imobiliários	5.583	6.377
Aluguéis e Renda	5.583	6.377
Empréstimos e Financiamentos	1.031	968
Empréstimos	1.031	968
Outros Realizáveis	11.776	-
Total da Gestão de Investimentos	213.651	187.549

5.1.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

De acordo com as regras da previdência complementar fechada, em especial a Instrução MPAS/CGPC n° 4/2002, poderão ser precificados com base na curva de juros os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, com prazo a decorrer superior a 12 (doze) meses a contar da data da aquisição e avaliação de baixo risco de crédito, para os quais a entidade tenha a capacidade financeira e in-

tenção de manter até o vencimento.

No entanto, em função da retirada de patrocínio do Plano BD-RJU, o Comitê de Investimentos analisou proposta de precificação de toda a carteira a mercado e, por unanimidade, aprovou o encaminhamento ao Conselho Deliberativo para aprovação. A proposta foi ponto de pauta na reunião de 17.09.2015, do Conselho Deliberativo, que aprovou a marcação a mercado de toda a carteira de renda fixa do FioPrev, a partir de 30.09.2015.

5.1.2 Composição dos Títulos

Títulos e Valores Mobiliários	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31.12.17	Gestão Terceirizada	Carteira Própria	Saldo 31.12.16
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional	-	33.216	33.216	-	60.272	60.272
Subtotal	-	33.216	33.216	-	60.272	60.272
Títulos Privados						
Certificados de Recebíveis Imobiliários	12.429	12.429	-	12.794	12.794	
Debêntures	-	9.860	9.860	-	21.503	21.503
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	-	-	3.091	3.091	
Subtotal	-	22.289	22.289	-	37.388	37.388
Fundos de Investimento						
Abertos	45.082	-	45.082	28.619	-	28.619
Ações	33.022	-	33.022	27.283	-	27.283
Fundos Exclusivos	51.156	-	51.156	15.178	-	15.178
Fundos de Invest. Dir. Creditórios	834	-	834	1.125	-	1.125
Fundos de Invest. Imobiliário	4.382	-	4.382	4.071	-	4.071
Subtotal	134.476	-	134.476	76.276	-	76.276
Mercado de Ações						
À Vista	-	5.280	5.280	-	6.268	6.268
Subtotal	-	-	5.280	-	6.268	6.268
Total	134.476	60.785	195.261	76.276	103.928	180.204

5.1.3. Classificação dos Títulos por vencimento

	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL
					31.12.17
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional	-	-	33.216	-	33.216
Subtotal	-	-	33.216	-	33.216
Títulos Privados					
Certificados de Rec. Imobiliários	-	-	12.429	-	12.429
Debêntures	-	9.860	-	-	9.860
Subtotal	-	9.860	-	12.429	22.289
Total	-	9.860	33.216	12.429	55.505

	Até 01 ano	01 a 05 anos	05 a 10 anos	Acima de 10 anos	TOTAL
					31.12.16
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional	29.358	-	30.914	-	60.272
Subtotal	29.358	-	30.914	-	60.272
Títulos Privados					
Certificados de Rec. Imobiliários	-	-	-	12.794	12.794
Debêntures	11.093	4.026	6.384	-	21.503
Depósito à Prazo c/ Garantia Esp.	3.091	-	-	-	3.091
Subtotal	14.184	4.026	6.384	12.794	37.388
Total	43.542	4.026	37.298	12.794	97.660

Os títulos são registrados pelos valores de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

5.1.4 Investimentos Imobiliários

Edifício Morumbi Square 11o Andar - De acordo com o que determina a Resolução CMN nº 3792/2009, e a Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34/2009, que dispõe sobre a obrigação de reavaliação da carteira imobiliária a cada três anos. Em junho de 2017, foi realizada a referida reavaliação do imóvel constante da carteira e o resultado

foi de uma desvalorização de R\$ 430 mil em relação à avaliação de dez/2014. A próxima reavaliação ocorrerá até junho de 2020. O saldo apresentado em 31.12.2017 é de R\$ 5.583 mil.

O Laudo de Avaliação do imóvel foi elaborado pela empresa ANEXXA ENGENHARIA CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA., considerando o Grau III de Fundamentação e Grau III de Precisão, assim como os procedimentos técnicos empregados que atenderam às diretrizes das Normas ABNT NBR 14653-1 e ABNT NBR 14653-2, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Resumo da reavaliação da carteira

2017

Imóvel	Database	Registro Contábil	Resultado da Reavaliação	Valor Atualizado
Morumbi Square	jun/2017	dez/2017	(430)	5.583

Em setembro de 2017, foi feito o 3º Aditivo ao Contrato de Locação não Residencial, que o FioPrev mantém com a empresa PURAC Sínteses Indústria e Comércio LTDA, referente a locação do 11º andar, do Edifício Morumbi Square, sito a Av. Dr. Chucri Zaidan, 80 – São Paulo – SP. O objeto do aditivo foi o reajuste do valor do aluguel aos preços praticados no mercado imobiliário. Não foi uma renovação fácil, no primeiro semestre de 2017 o FioPrev foi contatado pela PURAC para uma antecipação da negociação do valor do aluguel, pois precisavam resolver a questão o mais rápido possível. Diante do fato, a Diretoria Administrativa-Financeira decidiu antecipar a reavaliação do imóvel, que estava prevista para dez/2017, e acrescentou ao trabalho uma avaliação do preço de locação. O Comitê de Investimentos, após analisar o resultado da reavaliação do imóvel, resolveu solicitar um prazo até set/2017, para a definição da proposta do novo valor do aluguel. Para o colegiado a conjuntura econômica, de alta volatilidade, poderia trazer algumas surpresas no curto prazo. Entretanto, a PURAC não pode aceitar o prazo solicitado pelo Comitê de Investimentos, por pressões da matriz, reiterou que as negociações fossem iniciadas de imediato e informou que tinha em mãos propostas de locação, no mesmo prédio, com valores bem inferiores ao valor do aluguel vigente. A Diretoria do FioPrev, rapidamente, buscou dados sobre a vacância de salas e valores para locação no prédio, e confirmou as informações recebidas da PURAC. Diante da situação o Conselho Deliberativo se reuniu em 20.07.2017 e deliberou pela formalização de uma proposta de R\$ 25.000,00 para o valor do aluguel, a partir de jan/2018. Diante da grande vacância de salas no edifício, os conselheiros entenderam que a entidade não poderia arriscar, pois ficar com o imóvel vazio significa-

va assumir custos com condomínio mais taxas (R\$ 14.324,78/mês) e IPTU (R\$ 68.646,44, cota única de 2017), além, é claro, de deixar de receber o aluguel mensalmente.

5.1.5 Empréstimos e Financiamentos

As provisões para perdas, constituídas em 31.12.2017 e 2016, consideraram os critérios definidos pela Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34/2009 e foram determinadas em função da verificação de atraso no recebimento da parcela do valor principal e os seus respectivos encargos.

A falta de margem consignável foi o principal motivo que determinaram a constituição de provisões para perda. Quando as parcelas de empréstimos não são descontadas na folha de pagamento da patrocinadora por falta de margem consignável, o FioPrev encaminhava boleto bancário para pagamento da parcela com vencimento do dia 15 do mês subsequente à competência da parcela, mas uma parcela significativa dos boletos enviados não foram pagos. Diante disso, ao final do prazo do refinanciamento da dívida, e após tentar negociação com o participante, o Instituto providenciava a cobrança judicial. O contrato de mútuo firmado entre o FioPrev e o participante previa:

“5.4. Se, ao final do prazo de pagamento acordado no Formulário de Mútuo, ainda restarem prestações em aberto, o MUTUÁRIO autoriza o FioPrev, desde já e em caráter irrevogável, a fazer o refinanciamento do saldo devedor, atualizando na forma do item 5.1 e 5.2, parcelando o montante da dívida no menor número de meses que sua margem consignável comportar.”

O Conselho Deliberativo, reunido extraordinariamente no dia 08.12.2017, após analisar parecer jurídico sobre cobranças judiciais de empréstimos refinanciados, emitido pelo escritório Queiroz Pimentel e Marcondes Ferraz, responsável pelo acompanhamento das ações judiciais de cobrança de empréstimos, deliberou pela quitação de 60 refinanciamentos. Esses refinanciamentos referem-se a empréstimos de participantes, que possuíam reserva matemática individual a receber, cujo valor líquido (após desconto do imposto de renda) era inferior ao respectivo saldo devedor de empréstimo.

No quadro abaixo está demonstrada a composição das Operações com Participantes contemplando os saldos em 31.12.2017 e de 2016, representados pelo somatório dos empréstimos concedidos e as provisões para perdas.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Empréstimos	13.355	14.825
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.324)	(13.857)
Total	1.031	968

5.1.6 Outros Realizáveis

O valor registrado na conta 1239 - OUTROS REALIZÁVEIS corresponde ao valor de direito do FioPrev sobre o valor do imóvel localizado à Rua São Cristóvão nº 1326 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ, oferecido em garantia da aplicação nas CCI M BRASIL. Após o 2º leilão do imóvel, ocorrido no primeiro semestre de 2017, coube ao FioPrev a parcela de 17,90% do imóvel, conforme certidão do 3º RGI.

O valor lançado a receber corresponde a R\$ 11.545 mil (parcela do FioPrev calculada sobre o valor mínimo apregoado no primeiro leilão - R\$ 64.500 mil) mais o valor do ITBI de R\$ 231 mil, o que totaliza R\$ 11.776 mil.

5.1.7 Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com o Banco Bradesco, credenciado na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria Entidade e por terceiros, observando o que dispõe sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

5.1.6.1 Rentabilidade das Carteiras

A rentabilidade auferida pela carteira de investimentos, apurada pela Aditus através do método de cotas, pode ser assim demonstrada:

	RENTABILIDADE			
	BRUTA		LÍQUIDA	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
Segmento de Aplicação	31.12.17	31.12.16	31.12.17	31.12.16
Renda Fixa	12,06%	19,00%	11,63%	18,84%
Renda Variável	15,86%	22,28%	13,68%	17,29%
Investimento				
Estruturado	14,68%	13,32%	12,18%	10,86%
Imóveis	-5,26%	7,05%	-5,26%	7,05%
Empréstimos	31,17%	-31,46%	31,17%	-31,46%
Consolidado (*)	11,53%	18,38%	11,53%	17,81%

(*) A meta atuarial do plano BD-FIOPREV (INPC + 4,5% a.a) no exercício de 2017 foi de 6,66%, e em 2016, 11,38%.

Para apuração da rentabilidade bruta dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: controladoria, custódia, taxa de performance, taxa de administração, taxa CVM, taxa Cetip, taxa Selic, taxa Anbima, taxa de Bolsa, taxa de Book, corretagem, despesas cartoriais, despesas de auditoria, despesas de consultoria e taxa de permanência.

6. PERMANENTE

Representados pelo Imobilizado, que compõe os bens utilizados no desempenho das atividades sociais do FioPrev, e pelo Intangível, que são os gastos com aquisição de softwares e instalações em imóveis de terceiros.

A depreciação do Imobilizado e a amortização do Intangível seguem as determinações da Instrução Normativa nº SPC 34/2009 e estão demonstrados no quadro abaixo.

Descrição	Exercícios findos em			
	31.12.17	Adições	Exclusões	31.12.16
Ativo Permanente	66	-	-	66
Imobilizado	29	9	-	20
Intangível	37	-	(9)	46

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão de Investimentos e da Gestão Administrativa, e registra as obrigações decorrentes das operações do Instituto.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Gestão Previdencial	3.218	6.246
Gestão Administrativa	218	235
Investimentos	5	32
Total	3.441	6.513

7.1. Na Gestão Previdencial estão registrados os compromissos a pagar com benefícios de pagamento único, devoluções de reserva de poupança e outras exigibilidades, conforme descrito no quadro a seguir:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Benefício de Pagamento Único	51	134
Retenções a Recolher	209	646
Outras Exigibilidades	2.958	5.466
Total	3.218	6.246

7.1.1. Na rubrica “Outras Exigibilidades” do quadro acima, os valores apresentados são decorrentes do provisionamento de pendências relacionadas ao evento da retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU, conforme descrito no item 9 destas notas explicativas, cujas contrapartidas estão refletidas nas contas de resultado.

7.2. Na Gestão Administrativa – PGA, estão registrados os compromissos a pagar pertinentes a administração do respectivo Plano, conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Pessoal e Encargos	116	147
Fornecedores	56	44
Contribuições Associativas	5	-
Retenções a Recolher	37	44
Convênios	2	-
Outras Exigibilidades	2	-
Total	218	235

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representam os valores referentes aos registros dos depósitos judiciais da Gestão Administrativa e Previdencial.

Com relação à Gestão Administrativa, estão provisionados os valores relativos ao processo nº 19740.00255/2006-31, pertinente ao Mandado de Segurança com pedido de liminar nº 2006.81.01.011532-8, cujo objetivo é a suspensão do recolhimento de Pis e Cofins, pelo FioPrev, nos termos da Lei nº 9.718/98.

Com relação à Gestão Previdencial, o valor provisionado corresponde às ações de participantes do Plano BD-RJU, que buscam a devolução das contribuições vertidas ao plano. Foram considerados os valores de todas as ações, independente da avaliação dos nossos advogados se a perda é possível ou provável. Essa decisão foi tomada em razão do processo de retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU.

Descrição	Exercícios findos em		
	31.12. 17	Provisões	31.12. 16
Gestão Previdencial	2.855	417	2.438
Ações Partic. Plano BD-RJU	2.855	417	2.438
Gestão Administrativa	5.514	279	5.235
Contingências Tributárias	5.514	279	5.235
Total	8.369	696	7.673

Em 07.08.2013, o Consultor Tributário contratado pelo Instituto, encaminhou considerações sobre o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 2006.51.01.011532-8, indicando os procedimentos administrativos a serem tomados pelo FioPrev em relação à autorização em juízo para o levantamento dos depósitos judiciais efetuados no curso do processo, e que a partir desse momento fossem interrompidas a realização dos referidos depósitos judiciais de Pis e Cofins.

Não foram provisionados R\$ 59 mil que correspondem a ações judiciais avaliadas pelos advogados do FioPrev como perdas possíveis.

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo e encontram-se demonstrados em consonância com a avaliação atuarial realizada com database em 31 de dezembro de 2017.

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28.03.2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29.11.2012, e Instrução PREVIC nº 7, de 12.12.2013, que estabelece parâmetros técnico-atuariais para a estruturação de plano de benefícios de EFPC e dá outras providências, se fez necessária a realização de um estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos Planos. Esse estudo tem o objetivo de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o plano de benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de participantes e assistidos, e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

Com base nos estudos de aderência realizados, foi decidida a adoção da tábua de mortalidade geral BR-EMS-sb 2015 M&F em substituição à tábua AT2000 Básica M&F, e a alteração do fator de capacidade de 0,9791 para 0,9825. As outras hipóteses utilizadas na avaliação atuarial do plano BD-FIOPREV, para o exercício de 2016, foram mantidas para 2017. Como as operações do Plano BD-RJU foram encerradas em 30.06.2016, não se faz necessária a elaboração de avaliação atuarial.

As hipóteses de Rotatividade e de Crescimento Salarial foram mantidas como nula, por indicação da patrocinadora FioPrev.

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS	2017	2016
BASES POPULACIONAIS		
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar de Assistidos	Família Real	Família Real
Composição Familiar de Ativos	EXP. FIOPREV 2014 (Fator de Reversão Médio)	EXP. FIOPREV 2014 (Fator de Reversão Médio)
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Capacidade	98,25%	97,91%
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	BR-EMS-sb 2015 M&F	AT 2000 Básica M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000-Disabled M&F	RP 2000-Disabled M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	MERCER DISABILITY D30% M&F	MERCER DISABILITY D30% M&F

O FioPrev contratou a Aditus Consultoria Financeira para assessorar a Diretoria Administrativa-Financeira no levantamento das informações econômicas e financeiras, necessárias à análise da aderência da taxa real de juros à taxa de retorno real projetada para os ativos dos planos de benefícios, em atendimento à Resolução CNPC nº 9, de 29.11.2012. O resultado do trabalho permitiu que o atuário da Mercer GAMA Consultores Associados, responsável pelas avaliações dos planos de benefícios, concluísse que a taxa de desconto real a ser utilizada na avaliação atuarial de 2017 dos planos de benefícios poderia ser mantida em 4,5% a.a.

A taxa de juros, conforme especificações da Portaria PREVIC nº 186/2016, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente. Os limites mínimos e máximos são definidos com base na duração do passivo de cada Plano de Benefícios. Considerado o art. 5º da Instrução MPS/PREVIC nº 7/2013, neste estudo prospectivo, a GAMA avaliou o retorno anual esperado das carteiras de ativos a partir do fluxo do passivo do plano de benefícios. A demonstração da convergência da taxa de juros ocorreu por meio da apuração da Taxa Interna de Retorno - TIR da rentabilidade real gerada pelo fluxo de caixa dos ganhos financeiros do Plano.

O conceito da Taxa Interna de Retorno - TIR consiste na determinação de uma taxa de desconto que iguale o valor presente de receitas e despesas de um fluxo de caixa.

Portanto, a TIR calculada representa a taxa real de juros a ser utilizada nas projeções atuariais de tal forma a igualar o valor do patrimônio de cobertura na data base ao valor presente do fluxo de caixa de receitas e despesas e do patrimônio projetado ao final do período de análise, atendendo desta forma as ponderações aos fluxos de contribuições e despesas previdenciais totais.

Considerando o art. 5º da Instrução PREVIC nº 7/2013, no estudo prospectivo realizado pelo atuário, foi avaliado o retorno anual esperado das carteiras de ativos para o prazo de duration

do ativo e do passivo do plano de benefícios, sendo as projeções realizadas para o período da maior duration. A demonstração da convergência da taxa de juros ocorreu por meio da apuração da Taxa Interna de Retorno - TIR da rentabilidade real gerada pelo fluxo de caixa dos ganhos financeiros de cada plano. Portanto, a TIR calculada representa a taxa real de juros a ser utilizada nas projeções atuariais, de tal forma a igualar o valor do patrimônio de cobertura, na database, ao valor presente do fluxo de caixa de receitas e despesas e do patrimônio final do período da análise, atendendo assim, as ponderações aos fluxos de contribuições e despesas previdenciais totais.

Com base no estudo prospectivo e nos dados e informações prestadas pelo FioPrev, a duração do passivo é de 14,82 anos, correspondendo a uma taxa de juros de 5,39% a.a.; a taxa mínima é de 4,37% a.a., enquanto a máxima é de 6,64% a.a, conforme o disposto na Portaria nº 375, de 17 de abril de 2017.

Cabe a entidade a escolha da taxa de juros, devendo-se observar o limite máximo apresentado pela Resolução CNPC nº 9/2012, uma vez que não se adotará neste exercício, as alterações promovidas pela Resolução CNPC nº 15/2014, na Resolução CGPC nº 18/2012.

Plano BD-RJU - A Ação Civil Pública (Proc. Nº 0005257-51.2011.4.02.5101) foi proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, em face da União Federal, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV, por entender que as contribuições vertidas pela FioCruz ao Plano BD-RJU foram indevidas e que por isso devem ser revertidas aos cofres públicos, além de sugerir a implementação de medidas administrativas.

O Fundo Previdencial do Plano BD-RJU, cuja destinação depende da Ação Civil Pública, não foi incluído no montante dos recursos do plano que foram rateados entre participantes e assistidos, conforme o Termo de Retirada de Patrocínio firmado entre FioCruz e FioPrev e aprovado pela PREVIC.

Plano BD-FioPrev – O plano apresentou resultado superavitário em 31.12.2017. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado na constituição da Reserva de Contingência, limitado a 24,82% das Provisões Matemáticas. O valor do superávit excedente foi alocados em Fundos Previdenciais para revisão de plano.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Passivo Atuarial dos planos administrados pelo FioPrev em 31.12.2017 e de 2016.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	19.199	17.536
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização	19.199	17.536
BD-FioPrev	19.199	17.536
Benefícios a Conceder	21.372	17.873
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. Prog.	20.451	17.183
BD-FioPrev	20.451	17.183
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. não Prog.	921	690
BD-FioPrev	921	690
Total Provisões Matemáticas	40.571	35.409

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

10.1 RESULTADOS REALIZADOS

Representam a totalização dos valores relativos ao Superávit Técnico e do Déficit Técnico Acumulados, apurados anualmente. Na ocorrência de Superávit Técnico, esses valores serão destinados à formação de Reserva de Contingência, limitada ao menor valor dentre 25% e 10% mais a duração do passivo do plano, multiplicado pelo valor das Provisões Matemáticas, e o excedente, se houver, destinados à formação da Reserva para Ajustes de Plano ou Reser-

va Especial e Fundos Previdenciais; conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar 109, bem como o item nº 27 do Anexo A – Normas Complementares da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Equilíbrio Técnico em 31.12.2017 e de 2016.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Equilíbrio Técnico		
Resultados Realizados	8.996	12.854
Superávit Técnico Acumulado	8.996	12.854
Reserva de Contingência	8.996	8.416
Reserva para Revisão de Plano	-	4.438

No quadro a seguir está demonstrada a composição da rubrica Resultados Realizados, em 31.12.2017 e de 2016.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Resultado do Programa Previdencial	(1.564)	(123.926)
Constituições/Reversões de Contingências	(417)	212
Fluxo dos Investimentos	29.702	39.399
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	(5.162)	167.776
Constituição/Reversão de Fundos	(26.417)	(16.916)
(=)Superávit ou Déficit Técnico do Exercício	(3.858)	66.545

11. FUNDOS

11.1 FUNDO PREVIDENCIAL

Plano BD-RJU

Constituído em conformidade com os itens 2 e 3 do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, data base dezembro

de 2007, atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos. Sua destinação aguarda decisão da Ação Civil Pública, conforme mencionado no item 9.

Plano BD-FioPrev

O Fundo de Revisão do Plano foi constituído, de acordo com o previsto no art. 20 da Resolução CGPC nº 26/2008, para fins de destinação dos recursos da Reserva Especial devido aos resultados superavitários apresentados em exercícios pretéritos.

Em 2012, registrou-se o terceiro exercício consecutivo de superávit, e por isso, como determina a legislação, o excedente da Reserva de Contingência foi alocado em Fundo Previdencial - Revisão do Plano.

Quando da realização da reavaliação atuarial anual de 2013, a Reserva de Contingência calculada ficou inferior ao patamar de 25% das provisões matemáticas, e reverteu-se do referido Fundo o montante necessário para recompor a citada Reserva de Contingência ao seu patamar de 25%.

Considerando que está em andamento o processo de retirada do patrocínio da Fiocruz ao plano, o Conselho Deliberativo na entidade decidiu não promover a alteração regulamentar, que trata Resolução CGPC nº 26/2008, como forma de destinação da Reserva para Revisão de Plano por meio de melhoria de benefícios/destinação de valores ao patrocinador. Desta forma, o valor permanece registrado enquanto o processo de retirada está sendo desenvolvido. Em 31.12.2017, o referido Fundo montava R\$ 28.502.954,78.

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, registrou-se o terceiro exercício consecutivo de superávit. Em 2017, o excedente da Reserva de Contingência, mantido no triênio 2014-2016, foi alocado em Fundo Previdencial - Revisão do Plano, e montava, em 31.12.2017, R\$ 3.578.575,62.

Considerando os valores constituídos nos Fundos existentes, em 31.12.2017, o Plano possuía em Fundo de Revisão do Plano o total de R\$ 32.081.530,40.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Fundo Previdencial – Outros Prev.Nota Téc.Atuarial (BD-RJU)	120.947	101.106
Fundo Previdencial – Rev.Plano (BD-FioPrev)	32.082	25.506
Fundo Previdencial – Rev.Plano 2017	3.579	-
Fundo Previdencial – Rev.Plano 2012	28.503	25.506
Total	153.029	126.612

11.2 Fundo Administrativo

Constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O objetivo do Fundo é a cobertura de eventuais necessidades de recursos para manutenção dos serviços administrativos. Sua remuneração se dá com base no resultado da gestão da carteira de investimentos do PGA.

Em 2017, as despesas administrativas totalizaram R\$ 3.177 mil e superaram em R\$ 1.079 mil o valor correspondente a 1% dos Recursos Garantidores, limite estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, conforme Resolução CGPC nº 29/2009. Esse excedente foi coberto por recursos do Fundo Administrativo.

Conforme o Termo de Retirada de Patrocínio firmado entre Fiocruz e FioPrev e aprovado pela PREVIC, o Fundo Administrativo do Plano BD -RJU não foi incluído no montante dos recursos do plano que foram rateados entre os participantes e assistidos do plano.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Fundo Administrativo	4.036	3.782
Total	4.036	3.782

11.3 Fundos de Investimentos

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento ou inadimplência.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.17	31.12.16
Fundos de Investimentos	2.292	2.046
Total	2.292	2.046

12. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A Resolução CGPC nº 29/2009, determinou que as despesas administrativas dos planos regidos pela Lei Complementar 108/2001 estariam sujeitos ao limite de 1% dos Recursos Garantidores ou a 9% da soma da receita total de contribuições com a despesa total com pagamento de benefícios. No caso do FioPrev, o regulamento do Plano de Gestão Administrativa estabelece como limite 1% dos Recursos Garantidores dos planos de benefícios.

A referida legislação deu um prazo de 5 anos, isto é, até o final de 2014 para que as entidades pudessem se adequar ao novo limite estabele-

cido para a despesa administrativa. O FioPrev ao longo dos últimos anos sempre buscou a adequação com redução das despesas, mas o cenário econômico internacional e doméstico no período não ajudou, a alta volatilidade dos mercados no período e a crise na política brasileira que temos vivenciado, são fatores que influenciaram negativamente a obtenção de uma rentabilidade igual ou superior a meta atuarial dos planos. Além disso, a decisão de retirada de patrocínio da Fiocruz do Plano BD-RJU, além de trazer aumento nas despesas administrativas (o ressarcimento só virá após aprovação do Termo de Retirada pela PREVIC), determina a priorização em investimentos que ofereçam liquidez no curto prazo, o que acaba também prejudicando a performance dos investimentos.

Com isso, não foi possível, em 2017, limitar as despesas ao valor correspondente a 1% dos Recursos Garantidores, conforme a legislação determinava. O valor das despesas administrativas que superou o limite legal foi custeado por recursos do Fundo Administrativo, fato previsto da Resolução CGPC nº 29/2009.

INDICADORES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS FINDOS EM		EXERCÍCIOS FINDOS EM	
	31.12.17	LIMITE	31.12.16	LIMITE
Custeio Administrativo	2.098	1,00%	1.831	1,00%
Recursos Garantidores	209.863		183.139	

	PLANO BD-RJU		PLANO BD-FIOPREV		TOTAL	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
RECURSOS GARANTIDORES	127.486	109.448	82.377	74.369	209.863	183.817
1. Disponível	151	82	117	30	268	112
2. Realizável de Investimentos	127.339	109.381	82.261	74.353	209.600	183.734
3. Exigível Operacional de Investimentos	(4)	(15)	(1)	(14)	(5)	(29)

13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

13.1. CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO DA RESUL S/A

A RESUL S/A é uma sociedade anônima, constituída em 03.04.2007 com a finalidade específica de emitir Cédulas de Crédito Bancário – CCB, e adquirir direitos creditórios decorrentes das atividades de saúde da CELSP – Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, efetuando a cessão fiduciária desses direitos creditórios aos detentores das cédulas.

No dia 11.02.2008, o FioPrev aplicou R\$ 7.000 mil em CCBs da RESUL, considerando um prazo de 60 meses, a partir da data de emissão das cédulas, com período de carência de 12 meses, e remuneração de IGP-M + 9% a.a.

Os pagamentos iniciais aconteceram nas datas previstas, contudo, em função da má gestão dos negócios do grupo CELSP, em especial, na área de saúde, passou-se a conviver com a falta de recursos para liquidação das demais parcelas, gerando a inadimplência que levou os investidores a pedirem o vencimento antecipado dos títulos, em AGE realizada em 15.10.2009.

Diante do exposto, o FioPrev contratou os serviços da empresa Pinheiro Guimarães Advogados, para entrar com uma Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial contra a RESUL e a CELSP, avalista da operação. Processo nº 0394806-34.2009.8.19.0001, na 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, cujo valor total da causa é de R\$ 9.300 mil.

Em 29.09.2016, os credores da CCB Resul declinaram em manter a cobrança judicial dos créditos uma vez que os custos dessa cobrança inviabilizavam a continuidade do processo, pois entenderam que a possibilidade de reaver os recursos aplicados era mínima. Em razão disso a Oliveira Trust, agente fiduciário do investimento, deu por encerrada a sua prestação de serviços e não emitiu mais o relatório com a atualização do saldo da CCB Resul.

Em abril de 2010, foi integralizado o provisionamento de 100% do investimento para perdas, e em 2014, somou-se ao valor já provisionado a devida atualização do ativo. Em 31.12.2017, o provisionamento totalizou R\$ 62.055 mil, posição de 30.09.2016.

13.2. AÇÃO AJUIZADA CONTRA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O FioPrev é parte integrante da Ação Ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada – ABRAPP, contra a União, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cujo mérito é obter o ressarcimento da diferença de reajuste do valor de face das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, decorrentes do critério praticado pelo BNDES/FND.

O processo nº 91.0123902-3, que tramita na 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, foi julgado procedente no que se refere ao direito das associadas receberem a correção das OFND. Os títulos fizeram parte das carteiras de investimentos das entidades, no período abrangido entre abril de 1990 a fevereiro de 1991, e eram indexados pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC. Entretanto, a União calculava a correção das OFND pelo Bônus do Tesouro Nacional – BTN, ao invés de utilizar o IPC.

Em agosto de 1991, o FioPrev possuía em carteira o valor de Cr\$ 246.386 mil. Embora o mérito tenha sido julgado procedente, não há autorização da PREVIC para que o FioPrev possa contabilizar os valores ali referenciados. O órgão fiscalizador alegou que a União interpôs ação rescisória para tentar reverter a decisão transitada em julgado e que o crédito é incerto quanto à sua existência, à data de pagamento e o valor.

13.3 CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO – CCIS DA M.BRASIL EMPREENDIMENTOS MARKETING E NEGÓCIOS LTDA

Em virtude da inadimplência das parcelas vencidas nos meses de abril e maio de 2011, e sem prejuízo das 06 (seis) parcelas vencidas no perí-

odo de outubro de 2010 a março de 2011, objeto de negociação anterior em que os credores das CCIs reunidos em 21.03.2010, juntamente com o Sr. Pedro Barenboim, representante legal da M.Brasil e da Barenboim, resolveram postergar os pagamentos das referidas parcelas; e da inadimplência na reconstituição dos recursos da garantia de cessão fiduciária de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis através das vendas pelos cartões de créditos de bandeiras Mastercard e Visa, os credores resolveram pela Declaração do Vencimento Antecipado dos créditos representados pelas CCIs da M.Brasil, notificando a empresa em 02.06.2011. O valor registrado na contabilidade para este ativo, em 31.12.2016, totalizava R\$ 74.172 mil, sendo 100% provisionado para perda.

Os credores contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para assessoria jurídica, objetivando a liquidação extrajudicial das garantias reais existentes na operação.

Com o avanço das ações que buscam a execução das garantias já foram realizados os pagamentos do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, no valor de R\$ 18 mil, para consolidação da transferência do imóvel da Rua Teixeira Soares n.º 127 – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ - Matrícula 73.600, 11º Registro Geral de Imóveis, e de R\$ 231 mil, para consolidação do imóvel da Rua São Cristóvão n.º 1326 - São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ - Matrícula 33, 3º Registro Geral de Imóveis.

Por outro lado, em 25.01.2016, o FioPrev recebeu Mandato de Citação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma ação revocatória dos atos de execução e consolidação das garantias dadas aos credores das Cédulas de Crédito Imobiliários – CCIs, que tem por finalidade a defesa das garantias e do recebimento de valores daqueles prejudicados pela falência da Barenboim.

Os advogados contratados pelos credores apresentaram a contestação à ação revocatória que não determinou a suspensão da execução das garantias, sendo assim, após o pagamento do

ITBI, conforme a legislação, foram iniciados os procedimentos necessários para o leilão dos imóveis.

Em 2017 foi leiloado o imóvel sito à Rua São Cristóvão e efetivada sua transferência para os credores da CCI M.Brasil. Coube ao FioPrev a fração de 17,90% do referido imóvel, conforme consta na certidão de registro geral emitida pelo 3º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro. O FioPrev registrou o imóvel em sua contabilidade, preliminarmente, na conta 1239 - OUTROS REALIZÁVEIS até que seja realizada a reavaliação do imóvel que será providenciada pelos credores da CCI M.BRASIL. O valor registrado corresponde a fração do FioPrev sobre R\$ 64.500.000,00, que foi o valor mínimo apregoadado pelo imóvel no primeiro leilão.

O leilão dos outros imóveis deverão ocorrer em 2018.

O valor total da Provisão para Perdas com as CCIs da M.Brasil totalizaram R\$ 72.265 mil, em 31.12.2017.

13.4. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDCS DO BANCO BVA

Em 19.12.2012, o Banco BVA sofreu intervenção do Banco Central. Por várias vezes foi anunciada a possibilidade de compra do Banco por outras instituições financeiras, o que de fato não se confirmou, em 19.06.2013, o Banco BVA foi liquidado.

Após a liquidação do Banco, os credores se reuniram em Assembléias e decidiram pela contratação do Banco Brasil Plural, para atuar como gestora dos recursos aplicados nos FIDCs Multisetorial BVA Master e Multisetorial BVA Master II. Para o FIDC Multisetorial Itália foi eleita a gestora Vila Rica para a realização do trabalho de gestão da carteira do Fundo.

Importante registrar que o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, é um instrumento de aplicação em que os recursos captados são, majoritariamente, destinados à aquisição de direitos creditórios cedidos por uma empresa.

O FioPrev possuía investimentos no Banco BVA através dos FIDCs Multisetorial BVA Master, Multisetorial BVA Master II e Multisetorial Itália, que na data de sua intervenção, totalizavam R\$ 8.442 mil. A ação do Banco Central no BVA prejudicou o recebimento dos pagamentos das empresas e provocou atraso nos depósitos de juros e amortizações. Esta situação ensejou a necessidade de alteração do agente de cobrança dos fundos, função antes desempenhada pelo próprio Banco BVA, passando esta responsabilidade para os FIDCs em questão. A partir desta mudança, medidas estão sendo tomadas em conjunto com os gestores e administradores dos fundos, visando regularizar os pagamentos junto às empresas devedoras.

Para aqueles créditos de empresas inadimplentes que não se consegue fechar um acordo, estão sendo tomadas medidas judiciais que objetivam a execução das garantias disponíveis.

Em 31.12.2017 o valor dos investimentos nos FIDCs do Banco BVA totalizava R\$ 834 mil. As amortizações ocorridas nos três Fundos, no período de 19.10.2012 até 31.12.2017, totalizaram R\$ 5.824 mil.

13.5. EVENTO SUBSEQUENTE

A Administração do FioPrev avaliou os eventos subsequentes até o dia 15.03.2018 que também é a data da autorização da emissão destas Demonstrações Contábeis.

PARECER ATUARIAL PLANO BD-FIOPREV

CNPB 1985.0003-18

Parecer Atuarial 031/18 - Março/2018

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas respectivas alterações, a Mercer apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios Complementar ao Regime Geral de Previdência Social BD -FIOPREV, também denominado, neste documento, de Plano BDF, administrado e executado pelo FIOPREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, patrocinado pela FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz, e pelo FIOPREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social, sendo solidárias entre si, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio com início de vigência prevista para 1º de abril de 2018

O Plano BDF está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1985.0003-18, encontra-se em manutenção normal e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), de forma que, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD)

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do

exercício de 2017, na data base de 31/12/2017, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, além dos dados cadastrais e financeiros dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados em 30/11/2017, considerando que as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano foram posicionadas na referida Data da Avaliação

Observa-se, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano BDF, sendo este denominado de "CLT" exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos desse Plano de Benefícios

Cabe ressaltar que o Fioprev está estudando a possibilidade de ser realizado, no exercício de 2018, o processo de retirada de patrocínio do Plano CLT, conforme indicação das Patrocinadoras. Dentre as diversas análises, está à distribuição do superávit existente no Plano em tela

Adicionalmente, e em face de o FIOPREV não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano BDF, em conformidade com a correspondência MERCER GAMA 084 - CT 271/17 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2017, considerarmos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano BDF, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº MERCER 2 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao plano administrado pela Entidade

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – CLT

2.1.1 Evolução dos custos

Todos os benefícios do **Plano BDF** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Agregado, exceto o benefício de Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, que são avaliados pelo regime de Repartição Simples

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em 31/12/2017, foi nulo, líquido de carregamento administrativo, referente ao custo dos benefícios previdenciais assegurados pelo Plano

Comparativamente ao exercício de 2016, houve manutenção no custo do Plano. Cabe ressaltar a decisão do Conselho Deliberativo, em 2012, de redução integral das contribuições ao plano

2.1.2 Variação das provisões matemáticas

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano BDF, disponibilizadas pelo FIOPREV, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2017 e montam R\$19.199.327,00, sendo R\$12.251.748,00 referentes aos benefícios programados e R\$6.947.579,00 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD)

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** posicionadas em 31/12/2017 montam R\$21.371.687,52, sendo R\$20.450.828,52 referentes aos benefícios programados e R\$920.859,00 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido

Em 31/12/2017 o Plano não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir**

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas representam, em **31/12/2017, R\$40.571.014,52**

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi positiva em 14,58%, tendo sido registrado o montante de R\$35.408.470,81 em 31/12/2016. O aumento deveu-se, principalmente, às alterações de metodologia de cálculo do benefício da Previdência Oficial, considerando as atuais regras do fator previdenciário, à alteração MERCER 3 da tábua de mortalidade geral e às atualizações financeiras dos benefícios e dos salários ocorridas no período, fatores que ocasionaram uma elevação das reservas matemáticas

2.1.3 Principais riscos atuariais

o Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o Plano BDF, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pelo FIOPREV, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, e devendo ser referendadas pelo Conselho Deliberativo e objeto de parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório MERCER GAMA 084 - RE 059/18, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores

2.1.4 Soluções para insuficiência de cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 Qualidade da base cadastral

A base cadastral encaminhada pelo FIOPREV foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FIOPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral

2.2.2 Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, posicionada em 31/12/2017, o Plano tem constituído o Fundo de Revisão do Plano

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2012, registrou-se o terceiro exercício consecutivo de superávit, sendo o excedente da Reserva de Contingência alocado em Fundo Previdencial - Revisão do Plano

Quando da realização da reavaliação atuarial anual de 2013, a Reserva de Contingência calculada ficou inferior ao patamar de 25% das provisões matemáticas, e reverteu-se do referido Fundo o montante necessário para recompor a citada Reserva de Contingência ao seu patamar de 25%

O Fundo de Revisão do Plano foi constituído para fins de destinação dos recursos da Reserva Especial do Plano devido aos resultados superavitários apresentados pelo Plano em exercícios pretéritos. Em 31/12/2017, segundo dados fornecidos pelo FIOPREV, referido Fundo montava R\$28.502.954,78

Considerando que até o momento não foi promovida a alteração regulamentar necessária para estruturar o Plano para a destinação da Reserva para Revisão por meio de melhoria de benefícios/destinação de valores ao patrocinador, o valor permanece registrado nesta conta aguardando a efetiva decisão do Conselho Deliberativo do FIOPREV

Adicionalmente, na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, registrou-se o terceiro exercício consecutivo de superávit, sendo o excedente da Reserva de Contingência mantido no triênio 2014-2016 alocado em Fundo Previdencial - Revisão do Plano no exercício de 2017. Assim, em 31/12/2017, destinou-se ao referido Fundo a monta de R\$3.578.575,62, que corresponde ao valor da Reserva Especial que permaneceu durante 3 (três exercícios)

Dessa forma, considerando os valores constituídos nos Fundos existentes, o Plano possui em Fundo de Revisão do Plano o total de R\$32.081.530,40

2.2.3 Variação do resultado

no confronto do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$40.571.014,52, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2017, no montante de R\$49.566.500,25, verifica-se que o Plano apresentou superávit técnico-atuarial, de R\$8.995.485,73

O Superávit Técnico acumulado do Plano passou de R\$12.854.423,25 em, 31/12/2016, para R\$8.995.485,73, em 31/12/2017, representando um decréscimo de 30,02%, ou R\$3.858.937,52, o que nos permite inferir que, no exercício de 2017, o Plano apresentou Deficit Técnico. Destaca-se que referido Deficit Técnico no exercício foi influenciado, primordialmente, pela des-

tinação da reserva especial mantida por três anos no triênio de 2014 a 2016 para o Fundo Previdencial de Revisão do Plano, bem como pela elevação das provisões matemáticas em decorrência MERCER 5 da aplicação do fator previdenciário e da alteração das premissas de mortalidade e fator de capacidade

No período compreendido entre janeiro/2017 e dezembro/2017, a meta atuarial do Plano foi de 6,66%, composta pelo INPC de 2,07% mais taxa de juros de 4,50%, enquanto a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 13,29%, conforme informação repassada pelo FIOPREV, representando um ganho atuarial de 6,18%

2.2.4 Natureza do resultado

na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o Plano BDF apresentou superávit, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, das oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e da superação da meta atuarial no exercício e em exercícios pretéritos. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter peregrino, atribui-se natureza conjuntural ao resultado

Cumprido ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25, de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do exercício de 2017, qual seja de 14,82 anos. Portanto, o limite, em 31/12/2017, é de 24,82% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$10.069.725,80

Dessa forma, a totalidade do superávit apurado em 31/12/2017, correspondente ao montante de R\$8.995.485,73, sendo inferior ao referido limite, foi alocado em Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008 e alterações posteriores

2.2.5 Soluções para equacionamento do déficit

tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer

2.2.6 Adequações dos métodos de financiamento

adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Agregado, exceto o benefício de Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, que são avaliados pelo regime de Repartição Simples. O benefício de Auxílio Reclusão e o Instituto de Resgate não são calculados por constituírem valor imaterial, haja vista o dispêndio do Plano, no exercício de 2017, com este benefício ter sido nulo, e, com o instituto de resgate igual a R\$349,78

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores

2.2.7 Outros fatos relevantes

- 1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2017, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano utilizados, foram os informados pelo FIOPREV, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos
- 2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada; 3) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$33.495.101,13, sendo R\$32.081.530,40 referentes a Fundos Previdenciais, R\$712.373,23 referentes a Fundo Administrativo e R\$701.197,50 referentes a Fundos dos Investimentos; 4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procederam-se às seguintes alterações: i. Fator de Capacidade de 0,9791 para 0,9825; ii. Mortalidade Geral: de AT-2000 (Basic) M&F para BR-EMS-sb 2015 M&F

3 PLANO DE CUSTEIO

Em razão da decisão do Conselho Deliberativo de 2012, que deliberou sobre a redução integral

das contribuições, o Plano de Custeio para o exercício de 2018, a vigor a partir de 01/04/2018, deverá ter a seguinte configuração, observada sua aprovação, conforme Demonstração Atuarial 2017, de 31 de dezembro de 2017:

PLANO DE CUSTEIO		
CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA (%)	
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017
PARTICIPANTES	0,00%	0,00%
PATROCINADORA	0,00%	0,00%
ASSISTIDOS	0,00%	0,00%
PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO *		
PATROCINADORA		
PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS) E	1% sobre os recursos garantidores do plano	1% sobre os recursos garantidores do plano
ASSISTIDOS		

* Alíquotas definidas pelo FIOPREV

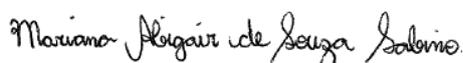
CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano BDF, em 31/12/2017, é superavitária em R\$8.995.485,73, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que a totalidade do superavit apurado foi alocada em Reserva de Contingência

A Reserva Especial constituída no Plano BDF no exercício de 2014 e mantida no triênio de 2014 a 2016 foi objeto de destinação obrigatória durante o exercício de 2017, tendo sido constituído o Fundo de Revisão do Plano - Reserva Especial de Revisão do Plano 2014, na monta de R\$3.578.575,62

Este é o Parecer

Brasília, 02 de março de 2018



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
CONSULTORA SÊNIOR



CESAR LUIZ DANIELI
Atuário MIBA 824 - MTPS/RJ
CONSULTOR SÊNIOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CNPB 1985.0003-18

Parecer Atuarial 031/18 - Março/2018



1

À
DD. DIRETORIA DO
INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV
RIO JANEIRO – RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, a adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis nº 108 e nº 109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela PREVIC. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis (cont.)

2

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4.2, de que em março de 2015, a FIOCRUZ formalizou o pedido de retirada de patrocínio do Plano BD-RJU. Em outubro, após aprovação do Conselho Deliberativo, o termo de retirada foi protocolado na PREVIC. A data-base do processo de retirada é 30 de abril de 2015. Em 31 de maio de 2016, conforme portaria PREVIC nº 238, de 31 de maio de 2016, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no processo PREVIC nº 44011.000490/2015-85, comando nº 404899483 e juntada nº 417429570, autorizou a retirada de patrocínio da Fundação Oswaldo Cruz do Plano BD-RJU, CNPB nº 1991.0001-38, administrado pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, e aprovou o “Termo de Retirada de Patrocínio” que entre si fizeram o Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar, e a Fundação Oswaldo Cruz, na qualidade de Patrocinadora. Conforme descrito na nota explicativa nº 5.1.1, em função da retirada de patrocínio do Plano BD-RJU, o Comitê de Investimentos analisou proposta de precificação de toda a carteira a mercado e, por unanimidade, aprovou o encaminhamento ao Conselho Deliberativo para aprovação. A proposta foi ponto de pauta na reunião de 17 de setembro de 2015, do Conselho Deliberativo, que aprovou a marcação a mercado de toda a carteira de renda fixa do FIOPREV, a partir de 30 de setembro de 2015. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a nota explicativa nº 5.1.6, o valor registrado na conta OUTROS REALIZÁVEIS corresponde ao direito do FIOPREV sobre o valor do imóvel localizado à Rua São Cristóvão nº 1326 – São Cristóvão – Rio de Janeiro - RJ, oferecido em garantia da aplicação nas CCI M BRASIL. Após o 2º leilão do imóvel, ocorrido no primeiro semestre de 2017, coube ao FIOPREV a parcela de 17,90% do imóvel, conforme certidão do 3º RGI. O valor lançado a receber corresponde a R\$ 11.545 mil (parcela do FIOPREV calculada sobre o valor mínimo apregoado no primeiro leilão - R\$ 64.500 mil) mais o valor do ITBI de R\$ 231 mil, o que totaliza R\$ 11.776 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Ação Civil Pública (Proc. Nº 0005257-51.2011.4.02.5101) foi proposta pelo Ministério Público Federal – MPF, em face da União Federal, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, por entender que as contribuições vertidas pela Fioacruz ao Plano BD-RJU foram indevidas e que por isso devem ser revertidas aos cofres públicos, além de sugerir a implementação de medidas administrativas. O Fundo Previdencial do Plano BD-RJU, cuja destinação depende da Ação Civil Pública, não foi incluído no montante dos recursos do plano que foram rateados entre participantes e assistidos, conforme o Termo de Retirada de Patrocínio firmado entre Fioacruz e FIOPREV e aprovado pela PREVIC. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13.4, em 19.12.2012, o Banco BVA sofreu intervenção do Banco Central. Por várias vezes foi anunciada a possibilidade de compra do Banco por outras instituições financeiras, o que de fato não se confirmou, em 19.06.2013, o Banco BVA foi liquidado. O FIOPREV possuía investimentos no Banco BVA através dos FIDCs Multisetorial BVA Master, Multisetorial BVA Master II e Multisetorial Itália, que na data de sua intervenção, totalizavam R\$ 8.442 mil. A ação do Banco Central no BVA prejudicou o recebimento dos pagamentos das empresas e provocou atraso nos depósitos de juros e amortizações. Esta situação ensejou a necessidade de alteração do agente de cobrança dos fundos, função antes desempenhada pelo próprio Banco BVA, passando esta responsabilidade para os FIDCs em questão. A partir desta mudança, medidas estão sendo tomadas em conjunto com os gestores e administradores dos fundos, visando regularizar os pagamentos junto às empresas devedoras. Para aqueles créditos de empresas inadimplentes que não se consegue fechar um acordo, estão sendo tomadas medidas judiciais que objetivam a execução das garantias disponíveis. Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos investimentos nos FIDCs do Banco BVA totalizava R\$ 834 mil.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis (cont.)

3

As amortizações ocorridas nos três Fundos, no período de 19/10/2012 até 31/12/2017, totalizaram R\$ 5.824 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como partes da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceram julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis (cont.)

4

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.


UHY AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CRC RS 4632/0-1 T PR S RJ
HERALDO S.S. DE BARCELLOS.
Contador CRC RS 11609/06 S RJ
CNAI N° 43
Sócio - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017, bem como as respectivas Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas que as acompanham, relativas ao exercício findo de 2017.

Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e à vista do Parecer emitido pelo auditor Heraldo S.S. de Barcellos, CRC RS 4632/0-1 T PR SRJ, da UHY Auditores Associados, e do Parecer Atuarial emitido pelos atuários Mariana Abigail de Souza Sabino, MIBA nº 2.567 - MTPS/RJ, e Cesar Luiz Danieli, MIBA nº 824 MTPS/RJ, da GAMA Consultores Associados, o Conselho é de opinião que os atos por ele examinados demonstram que os administradores têm se empenhado em desenvolver uma cultura que enfatiza a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos.

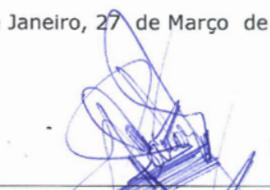
Em relação ao Relatório dos Auditores Independentes em relação às Demonstrações Contábeis, este Conselho verifica que no citado relatório consta um parágrafo onde se lê: "Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos."

Nesse aspecto, numa análise paralela ao "Relatório Sobre o Estudo e a Avaliação dos Sistemas Contábil e de Controles Internos", que independente de transcrição passa a integrar esse parecer, este Conselho entende que há uma contradição tendo em vista que não foram apresentadas evidências sobre quaisquer deficiências.

Observa-se que as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial, de resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2017, pelo que recomenda a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 2018.


JOÃO VICTOR SIBAR
Membro titular eleito
Presidente


JORGE SANTOS DA HORA
Membro titular indicado

Conselho Fiscal do FioPrev

RELATÓRIO SOBRE O ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS CONTÁBIL E DE CONTROLES INTERNOS

AOS
ADMINISTRADORES DO
INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FIOPREV
RIO DE JANEIRO - RJ

Prezados Senhores:

Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, obtivemos um entendimento dos controles internos que consideramos relevantes para o processo de auditoria, com finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.

Nesse processo, planejamos os procedimentos de auditoria e avaliamos os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para emitir uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. Essa avaliação foi efetuada com o propósito acima e não necessariamente para identificar todas as deficiências nos controles internos que poderiam ser significativas. Assim, não expressamos uma opinião, nem conclusão, sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.

A administração do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev é responsável pelos controles internos por eles determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Nossos comentários estão limitados às recomendações para aprimoramento dos controles internos existentes quando da execução de nossos trabalhos de auditoria que concluímos serem de importância suficiente para comunicar à administração e aos responsáveis pela governança do Instituto.

Não identificamos recomendações para o aprimoramento dos sistemas contábil e de controles internos utilizados pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev para a elaboração das demonstrações financeiras para o exercício de 2017.

Este relatório destina-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev e não foi preparado para ser utilizado por qualquer outra pessoa que não essas partes especificadas, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do Art. 410 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), seu uso para qualquer outro fim. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.

**HERALDO SERGIO SILVA DE
BARCELLOS:00036072087**

Digitally signed by HERALDO SERGIO SILVA DE BARCELLOS 00036072087
DN: cn=HERALDO SERGIO SILVA DE BARCELLOS, o=HERALDO SERGIO SILVA DE
BARCELLOS, ou=AR SAFTWEIS, ou=HERALDO SERGIO SILVA DE
BARCELLOS, ou=00036072087
Reason: I am the signer of this document.
Location
Date: 2018.03.15 16:38:59

UHY AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CRC RS 4632/0-1 T PR S RJ
HERALDO S.S. DE BARCELLOS.
Contador CRC RS 11609/06 S RJ
CNAI Nº 43
Sócio - Responsável Técnico

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev, abaixo relacionados, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada e por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios, as Notas Explicativas às demonstrações contábeis, o Parecer Atuarial emitido pela Gama Consultores Associados, o Parecer dos Auditores Independentes emitido pela UHY Auditores Associados, bem como o Parecer do Conselho Fiscal do FioPrev, resolvem aprovar as Demonstrações Contábeis do FioPrev do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

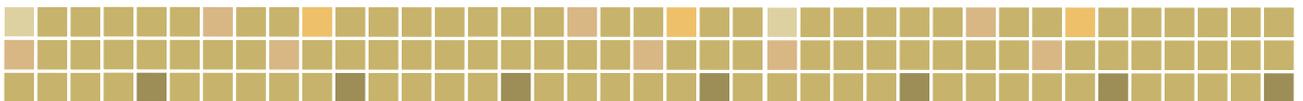
Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

Vânia Conceição Dornellas Buchmuller
Membro Titular Indicada – Presidente

Alzira Cristina de Oliveira
Membro Titular Eleita

Edmilson Loureiro de Lyra
Membro Titular Eleito

Lúcia Maria Marcelino de Santa Cruz
Membro Titular Eleita



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2017

Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev